POLÍTICA PROTEÇÃO DE DADOS

DA

OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS

SGOIC, S.A.

04.09.2025

OPTIMIZE
Investment Partners

Responsável pelo Tratamento dos dados pessoais?	**Categorias de dados pessoais?**	**Como obtemos os seus dados pessoais?**	**Quais as finalidades do tratamento dos seus dados?**	**Fundamentos de licitude do tratamento?**
Optimize Investment Partners SGOIC, SA	Identificação e contatos pessoais; Dados Bancários; dados de natureza patrimonial, fiscal e criminal; dados relativos aos fins dos investimentos e conhecimentos e experiência; dados relativos a interesses e experiência; dados relativos ao agregado familiar; dados de saúde e registos de voz (chamadas gravadas).	Dados cedidos pelo próprio titular dos dados ou cliente recolhidos por meio de cookies, registos ou disponibilizados por subcontratantes	Utilizamos os seus dados pessoais para efeitos de realização de diligências pré-contratuais e execução do contrato de Registo e depósito de unidades de participação Envio de emails de marketing e outras comunicações; cumprimento de obrigações legais e fiscais e para efeitos de monitorização da qualidade dos serviços prestados	Consentimento; execução do contrato; realização de diligências pré-contratuais; Cumprimento de obrigações legais; prossecução do interesse legítimo da Optimize.

Em função do caso específico, os dados poderão ser conservados durante 120 dias, 2 anos, 3 anos, 6 anos, 7 anos, 10 anos, 20 anos, ou ainda pelo período correspondente à duração da relação contratual com a Optimize.	Empresas do grupo Optimize; bancos, destinatários institucionais e entidades públicas, entidades de supervisão, entidades gestoras de mercado, sociedades emitentes e subcontratantes.	Com base nos mecanismos de transferência de dados previstos no RGPD, transferimos os seus dados para os nossos subcontratantes e, quando aplicável, para outros destinatários e entidades de países terceiros onde o cliente realize investimentos.	Direito de retirar o consentimento; direito de Informação; direito de acesso; direito de retificação; direito ao apagamento; direito à limitação do tratamento; direito à portabilidade dos dados. direito de apresentar uma reclamação junto de uma autoridade de controlo.	Comissão Nacional de Proteção de Dados (Av. D. Carlos I, 134, 1º 1200-651 Lisboa)

Política de Proteção de Dados

A **Optimize Investment Partners SGOIC, SA** (doravante "**OPTIMIZE**" ou "**SGOIC**"), está empenhada em proteger os dados pessoais das suas Leads, Clientes e Utilizadores do seu website, tendo, neste contexto, elaborado a presente Política, a qual tem subjacente o seu compromisso em respeitar as normas jurídicas em matéria de privacidade e de proteção de dados pessoais.

A Presente Política de Proteção de Dados Pessoais informa o titular de dados relativamente aos processos de tratamento dos quais os dados pessoais são objeto. Todos os dados pessoais são recolhidos e tratados em estrito respeito e cumprimento do disposto na legislação de proteção de dados pessoais em vigor a cada momento, nomeadamente, o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 ("RGPD") e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto de 2019 (Lei de Execução), bem como a Diretiva 2002/58/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Julho de 2002 (Diretiva relativa à privacidade e às comunicações eletrónicas) e a Lei n.º 41/2004, de 18 de Agosto.

A OPTIMIZE respeita as melhores práticas no domínio da segurança e da proteção dos dados pessoais, tendo para o efeito adotado as medidas técnicas e organizativas necessárias e tidas por adequadas por forma a garantir o cumprimento da legislação em matéria de proteção de dados pessoais e garantir que o tratamento dos dados pessoais é lícito, leal, transparente e limitado às finalidades delineadas.

De igual modo, a OPTIMIZE adotou e, de outra forma, mantém regularmente atualizadas, as medidas que considera adequadas para assegurar a exatidão, integridade e confidencialidade dos dados pessoais, e todos os direitos que assistem aos respetivos titulares.

A presente Política aplica-se ainda a todos as Leads, Clientes e Utilizadores das aplicações móveis ou que tenham acesso aos sítios web da OPTIMIZE ou que interajam com a OPTIMIZE por qualquer outro meio, nomeadamente, através de redes sociais, canais digitais de comunicação e aplicativos multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz ou outras.

A presente política complementa ainda as disposições, em matéria de proteção e tratamento de dados pessoais previstas nos contratos que os Clientes celebrem ou venham a celebrar com a OPTIMIZE, assim como, as regras previstas nos termos e condições que regulam a oferta dos diversos serviços e que se encontram devidamente publicitadas nos sítios web da OPTIMIZE.

1. Responsável pelo Tratamento de Dados Pessoais

Em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril de 2016 (RGPD), a entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais é a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais. Para os devidos efeitos, e nos termos infra expostos, a qualidade de responsável pelo tratamento é assumida pela OPTIMIZE.

Designação da entidade:	OPTIMIZE Investment Partners SGOIC, SA
Forma jurídica:	Sociedade Gestora de Investimento Coletivo sob a forma de Sociedade anónima
NIF:	508 181 321
CAE Principal:	66300-R3 (Atividade de Gestão de Fundos)
Objeto social:	gestão de fundos de investimento mobiliário, a gestão discricionária de carteiras e a receção e transmissão de ordens por conta de outrem. A Sociedade poderá ainda comercializar unidades de participação de organismos de investimento coletivo geridos por outrem.
Registos em Portugal:	CMVM N.º 276
Sede:	Avenida Fontes Pereira de Melo , 21 - 4º I 1050-116 Lisboa, Portugal
Contacto telefónico:	+351 213 136 230
E-mail:	RGPD@Optimize.pt
Website:	www.optimize.pt

2. Encarregado da Proteção de Dados (EPD)

O encarregado da proteção de dados desempenha um papel relevante no tratamento dos dados pessoais, garantindo, entre outros aspetos, a verificação e monitorização da conformidade dos tratamentos de dados com a legislação em vigor, procedendo à verificação do cumprimento desta Política de Proteção de Dados e definindo regras claras de tratamento de dados pessoais, assegurando que todos os que lhe confiam o tratamento dos seus dados pessoais, tenham conhecimento da forma como a OPTIMIZE trata os mesmos e quais os direitos que lhes assistem no presente domínio.

Assim, os titulares de dados pessoais, caso o pretendam, podem endereçar uma comunicação ao Encarregado da Proteção de Dados, para os assuntos relacionados com o tratamento de dados pessoais, utilizando, para o efeito, o seguinte contacto: RGPD@Optimize.pt

3. Princípios jurídicos aplicáveis ao tratamento de dados pessoais

No âmbito do tratamento de dados pessoais, a OPTIMIZE atua em cumprimento e em respeito com os seguintes princípios jurídicos:

- **Princípio da Licitude, Lealdade e Transparência:** os dados pessoais são tratados de uma forma lícita, leal e transparente;
- **Princípio da Limitação das Finalidades do Tratamento:** os dados pessoais são recolhidos com fins específicos, explícitos e legítimos e não sendo tratados de maneira incompatível com as referidas finalidades.
- **Princípio da Minimização dos Dados:** os dados pessoais são adequados, pertinentes e limitados àquilo que é necessário em relação aos fins para os quais serão tratados.
- Princípio da Exatidão: os dados pessoais devem ser exatos e atualizados. Os dados inexatos serão atualizados ou apagados.
- **Princípio da Limitação da Conservação:** Os dados pessoais devem ser conservados de forma a permitirem a identificação dos titulares apenas durante o período necessário para o cumprimento das finalidades para as quais são tratados, sem prejuízo da aplicação de prazos de conservação mais longos em cumprimento de obrigações legais.

- **Princípio da Integridade e Confidencialidade:** os dados pessoais são mantidos em segurança através de medidas técnicas e organizativas adequadas e eficazes contra o tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou dano acidental, mediante a aplicação de medidas técnicas ou organizativas adequadas.
- **Princípio da Responsabilidade:** a OPTIMIZE é responsável pelo cumprimento dos princípios enunciados e tem de poder comprová-lo.

4. Conceitos e definições

Nos termos da presente Política de Proteção de Dados Pessoais são utilizados os seguintes conceitos e definições:

Clientes: São considerados "Clientes" todas as pessoas singulares que hajam estabelecido, ou doutra forma estejam em vias de estabelecer, uma relação contratual com a OPTIMIZE, incluindo não apenas os atuais adquirentes dos seus serviços, mas também todas as pessoas singulares que sejam consideradas potenciais adquirentes dos seus serviços, vulgarmente designadas "Leads".

Dados Pessoais: Consideram-se dados pessoais, toda a informação relativa os clientes e utilizadores que seja enquadrável na definição providenciada pelo disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

Lei de Execução: Lei n.º 58/2019, de 8 de Agosto de 2019, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de Abril de 2016.

Responsável pelo Tratamento: Entidade que determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais, conforme definido no disposto do n.º 7 do artigo 4.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

RGPD: Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz

respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação de dados pessoais (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados)

Subcontratante: Pessoa coletiva ou singular que procede ao tratamento dos dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento, conforme definido no disposto do n.º 8 do artigo 4.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

Tratamento: Entende-se por "tratamento" dos dados pessoais, toda e qualquer operação que seja efetuada sobre dados pessoais, ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tal como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição, conforme definido no disposto do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

Utilizadores: Para efeitos da presente Política de Proteção de Dados Pessoais, são considerados "Utilizadores" todas as pessoas singulares que visitem, ou de outra forma, acedam à página de internet do responsável pelo tratamento de dados.

Sítio Web: Reporta-se à página de internet da OPTIMIZE, em https://www.optimize.pt, e respetivos subdomínios, desde que, controlados ou mantidos pela OPTIMIZE.

5. Recolha e processamento de dados pessoais

Os dados pessoais, objeto de tratamento pela OPTIMIZE, são obtidos pelas seguintes formas:

- **Diretamente junto do titular de dados:** a OPTIMIZE recolhe dados pessoais junto dos seus clientes presencialmente ou por via telefónica (nos casos em que o Cliente ou potencial Cliente contacta a OPTIMIZE para obter informações relativas aos seus serviços) ou por escrito (através do envio de e-mail ou correio postal, através do preenchimento de formulários abertura de conta no sítio da internet da OPTIMIZE ou dos formulários de

contacto ou inscrições em eventos via WhatsApp ou redes sociais, nomeadamente, Instagram, Facebook ou Linkedin).

- **Através da utilização de cookies:** a OPTIMIZE recolhe informação através da utilização dos cookies armazenados no dispositivo dos utilizadores. Os cookies são pequenos arquivos de texto que são armazenados do disco ou na memória do dispositivo de acesso ao website. Para mais informações sobre a utilização e as finalidades dos cookies consulte a nossa **Política de Cookies.**
- **Através dos registos:** a OPTIMIZE poderá utilizar os registos relacionados com a atividade do seu website para registar e armazenar certos tipos de informação quando o utilizador interage com os nossos serviços. Esta informação inclui o registo do Protocolo de Internet (IP) e outras informações ou números de identificação, assim como o tipo de browser e fornecedor de serviços de internet.
- **Através dos subcontratantes:** em cumprimento das obrigações legais ou contratuais a que está adstrita.

6. Casos em que o nosso website solicita dados pessoais

A OPTIMIZE poderá solicitar dados pessoais através do seu website, nas seguintes situações:

- Quando o titular de dados solicitar informações sobre os nossos produtos e serviços;
- Quando o titular de dados submeter questões ou outros pedidos através do formulário de contacto;
- Quando o titular de dados contactar a OPTIMIZE através de Chat, nomeadamente, WhatsApp, e através das redes sociais, nomeadamente, Instagram, Facebook ou Linkedin;
- Quando o titular de dados se inscrever em eventos ou Webinars organizados ou em que participa a Optimize;
- Quando o titular de dados celebrar um contrato de serviços financeiros com a OPTIMIZE ou determinar certas ordens a serem executadas pela OPTIMIZE.
- Quando o titular de dados solicitar quaisquer serviços ou produtos que sejam prestados pela OPTIMIZE.

7. Finalidades do tratamento de dados pessoais

A OPTIMIZE procede ao tratamento dos dados pessoais que se relevem necessários à gestão e otimização dos seus serviços e das suas relações comerciais com os seus clientes e utilizadores. Adicionalmente, a OPTIMIZE utiliza a informação gerada pelos clientes e utilizadores para lhe enviar e dar a conhecer as ofertas comerciais que mais se ajustam aos seus interesses e que se relacionam com os seus serviços.

Os dados pessoais objeto de tratamento pela OPTIMIZE visam alcançar o seguinte conjunto de finalidades:

7.1. Finalidades de natureza contratual ou pré-contratual

Gestão de clientes

Compreendem-se no domínio da gestão de clientes, as seguintes finalidades específicas: gestão dos produtos e serviços que sejam objeto do contrato celebrado entre o cliente e a OPTIMIZE; gestão e atendimento ao cliente; gestão administrativa; gestão e controlo das subscrições, resgates e pagamentos; faturação e cumprimento de diligências devidas por eventos corporativos ocorridos no âmbito da gestão de carteiras, mesmo após o término dos mesmos.

Caso o cliente opte por atuar em mercados externos à União Europeia (UE) ou ao Espaço Económico Europeu (EEE), a OPTIMIZE poderá, no âmbito dos inquéritos ou solicitações que lhe sejam dirigidas, ter de transmitir a esses mercados, seus representantes e respetivos supervisores, dados pessoais e outras informações associadas ao cliente, para o cumprimento de finalidades que se prendem com o combate à fraude e à investigação de crimes financeiros.

Neste âmbito, subjazem ainda ao tratamento de dados pessoais as seguintes finalidades específicas: registo dos utilizadores no website da OPTIMIZE por forma a concluir o processo de abertura de conta.

O fundamento de licitude do tratamento de dados corresponde à celebração de um contrato de prestação de Registo e Depósito de Unidades de Participação ou de gestão de carteiras, nos

termos e condições que constam no contrato celebrado entre a OPTIMIZE e o cliente.

Os dados pessoais recolhidos são unicamente os necessários para a prestação dos serviços correspondentes e que se revelam indispensáveis para que os serviços possam ser prestados.

Tramitação e registo do utilizador no Espaço Cliente da OPTIMIZE

O tratamento de dados ocorrido neste contexto visa concluir o processo de registo do Cliente no Espaço Cliente da Optimize por forma a permitir que o utilizador possa realizar e acompanhar as suas operações financeiras (subscrição e resgate).

O fundamento de licitude previstos para o respetivo tratamento de dados corresponde à celebração de um contrato de Registo e Depósito de Unidades de participação ou de gestão de carteiras, nos termos e condições que constam no contrato celebrado entre a OPTIMIZE e o cliente.

Os dados pessoais recolhidos são unicamente os necessários para a prestação dos serviços correspondentes e que se revelam indispensáveis para que os serviços possam ser prestados.

Gestão de potenciais clientes

O tratamento de dados ocorrido neste contexto visa apresentar ao potencial cliente a oferta de serviços e produtos por este requerido e gerir a relação comercial entre as partes. Caso o potencial cliente aceite os serviços e produtos apresentados pela OPTIMIZE, os seus dados pessoais serão processados para efeitos de gestão contratual, assumindo esta parte a qualidade de novo cliente da OPTIMIZE.

O fundamento de licitude previstos para o respetivo tratamento de dados corresponde à realização de diligências pré-contratuais, tendo por base o pedido apresentado pelo potencial cliente ou, em alternativa, a proposta de serviços apresentada pela OPTIMIZE.

7.2. Finalidades baseadas no consentimento do titular

O fundamento de licitude do tratamento de dados correspondente ao consentimento prestado

pelo titular de dados é utilizado, sem prejuízo da sua livre revogação, para alcançar o seguinte conjunto de finalidades específicas.

- Responder às solicitações e pedidos apresentados pelo titular de dados através de e-mail, telefone, formulário de contacto, WhatsApp ou quaisquer outros canais de comunicação da OPTIMIZE;
- Contactar o titular de dados por forma a divulgar a oferta de produtos e serviços da OPTIMIZE.
- Gerir o envio de conteúdos escritos ou audiovisuais para o titular de dados.
- Gerir a subscrição do titular de dados no canal de Youtube da OPTIMIZE por forma a notificar de novas publicações, vídeos, eventos ou quaisquer outras informações relativas à atividade da OPTIMIZE;

7.3. Finalidades de natureza legal

O fundamento de licitude do tratamento de dados correspondente ao cumprimento das obrigações legais aplicáveis à OPTIMIZE visa permitir que se alcancem o seguinte conjunto de finalidades:

- Gravação das chamadas telefónicas, por forma a cumprir a legislação aplicável, assegurando, nomeadamente, que é possível proceder-se à verificação da integridade das comunicações efetuadas e das interações realizadas com o titular de dados. A base legal deste tratamento de dados é o cumprimento das obrigações ao abrigo da Diretiva Europeia 2014/65/EU (MiFID II) e Regulamento Delegado 2017/565 (MiFIR).
- Realização de diligências de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo nos termos e para os efeitos do disposto na Lei 83/2017 e do Regulamento CMVM 2/2020;
- Cumprimento de diligências de prevenção de abuso de mercado no quadro do Regulamento (UE) n. ° 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 – "MAR");
- Reporte às entidades de supervisão nacionais e internacionais da OPTIMIZE, nos termos e

para os efeitos da legislação aplicável, nomeadamente do regime da Gestão de Ativos e Código dos Valores Mobiliários).

- Reporte às autoridades fiscais e administrativas;
- Prestações de informações em processos judiciais.
- (Se aplicável) Solicitação do respetivo número de identificação fiscal em relação às pessoas singulares não residentes em Portugal.

7.4. Finalidades que se relacionam com o interesse legítimo da OPTIMIZE

O fundamento de licitude do tratamento de dados correspondente ao interesse legítimo prosseguido pela OPTIMIZE visa permitir que se alcancem o seguinte conjunto de finalidades:

- Gravação das chamadas telefónicas por formar a gerir e a avaliar a qualidade dos seus serviços e garantir a integridade dos contactos realizados por este meio. O interesse legítimo prevalecente baseia-se na necessidade de garantir e comprovar a integridade das informações prestadas por contacto telefónico, atendendo ao facto de que, a receção, transmissão e execução das ordens dos clientes efetuadas por este meio implicarem a necessidade de conservar o registo telefónico por forma a garantir a integridade da informação prestada. De igual modo, em caso de litígio entre as partes, o registo da chamada revela- se essencial como meio de prova, permitindo, comprovar os factos e as alegações que venham a ser feitas pela OPTIMIZE no contexto do exercício do seu direito de defesa ou do seu direito à ação
- Comunicação dos dados pessoais dos clientes às demais entidades do grupo, por forma a otimizar os seus recursos internos.
- Gestão das comunicações comerciais com os titulares de dados com quem exista uma relação contratual, designadamente através da divulgação de notícias, publicações, eventos e outras informações relacionadas com a atividade da OPTIMIZE, desde que respeitantes aos produtos e serviços contratados ou efetivamente utilizados pelos mesmos. O tratamento de dados pessoais para este fim poderá assentar no interesse legítimo da OPTIMIZE, previamente avaliado mediante a realização de um teste de ponderação, de modo a garantir que não prevalecem os direitos e liberdades fundamentais dos titulares.

Este tratamento visa assegurar que as comunicações comerciais se encontram alinhadas com os interesses e preferências manifestadas pelos titulares no contexto da relação contratual em vigor. Os titulares dos dados poderão, a qualquer momento e sem qualquer encargo, exercer o seu direito de oposição ao tratamento dos seus dados para efeitos de comunicações comerciais, nos termos e limites previstos no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

8. Dados pessoais objeto de tratamento

8.1. Tratamento de dados pessoais dos clientes

A OPTIMIZE, no âmbito das atividades por si desenvolvidas, e no respeito pelo princípio da minimização dos dados pessoais, procede ao tratamento dos dados pessoais estritamente necessários para a prestação dos serviços contratualizados com os seus clientes. Tais dados pessoais englobam-se nas seguintes categorias:

- **Dados de identificação:** nesta categoria incluem-se dados pessoais como o nome, a fotografia, a morada, o contacto telefónico, o endereço eletrónico, o género, a nacionalidade e a naturalidade.
- **Dados relacionados com a situação económica e financeira do cliente:** aqui incluem-se os dados pessoais referentes aos rendimentos obtidos e às transações efetuadas pelos titulares, e ainda o seu património financeiro e pessoal.
- **Dados de natureza fiscal:** estes dados compreendem os dados de natureza fiscal associados ao seu titular, entre os quais se incluem, o número de identificação fiscal, (quando aplicável) o número de identificação fiscal especial em relação às pessoas singulares não residentes em Portugal, o Número de Identificação da Segurança Social (NISS), a morada fiscal, e ainda as contribuições e retenções para efeitos de declaração fiscal.
- **Informação comercial:** esta categoria abarca todas as informações que sejam geradas pela interação entre o cliente e a OPTIMIZE, nomeadamente, informação sobre as preferências e tipos de investimento do cliente, produtos e ativos financeiros em que está interessado, e perfil de investidor.

- **Transações de bens e serviços:** incluem-se nesta categoria os dados relativos ao valor em conta e aos tipos de produtos financeiros transacionados.
- **Dados de natureza académica e profissional:** englobam-se nesta categoria de dados pessoais dados como o curriculum, a profissão/categoria profissional, a entidade empregadora, o setor de atividade e o nível de escolaridade dos titulares.
- **Dados relativos ao agregado familiar:** nesta categoria incluem-se dados como o estado civil, a composição do agregado familiar e a identificação dos membros do agregado familiar como PEP (Pessoa Politicamente Exposta).
- **Dados de interesses e preferências:** incluem-se na presente categoria os dados demográficos, as preferências dos clientes, os Webinars assistidos, e ainda as comunicações efetuadas.
- **Registo de voz:** estes dados compreendem as gravações de chamadas e as demais informações que, neste particular âmbito, forem discutidas.
- **Dados de natureza criminal:** sob esta categoria são recolhidos dados pessoais relacionados com condenações penais e infrações.
- **Dados bancários:** nesta categoria incluem-se os dados bancários, financeiros e afins dos titulares dos dados pessoais, tais como o IBAN (*International Bank Account Number*);
- **Dados para suporte dos fundamentos legais para resgate de PPR:** desemprego, doença grave, incapacidade permanente para o trabalho e pagamento de prestações de contratos de crédito garantidos por hipoteca sobre imóvel destinado a habitação própria e permanente do participante.

8.2. Tratamento de dados pessoais de potenciais clientes

A OPTIMIZE, no âmbito das atividades por si desenvolvidas, e no respeito pelo princípio da minimização dos dados pessoais, procede ao tratamento dos dados pessoais estritamente necessários para a realização de diligências pré-contratuais com potenciais clientes. Tais dados pessoais englobam-se nas seguintes categorias:

- **Dados de identificação:** nesta categoria incluem-se dados pessoais como o nome, a

fotografia, a morada, o contacto telefónico, o endereço eletrónico, o género, a nacionalidade e a naturalidade.

- **Informação comercial:** esta categoria abarca todas as informações que sejam geradas pela interação entre o potencial cliente e a OPTIMIZE, nomeadamente, informação sobre as preferências e tipos de investimento do potencial cliente, produtos e ativos financeiros em que está interessado e perfil de investidor.
- **Dados de interesses e preferências:** incluem-se na presente categoria os dados demográficos, as preferências dos potenciais clientes, os *Webinars* assistidos, e ainda as comunicações (chat) efetuadas.

9. Critérios de conservação dos dados pessoais

O período durante o qual os dados pessoais são armazenados e conservados varia em função das finalidades específicas para as quais os mesmos são necessários. Alguns dos prazos de conservação decorrem diretamente da Lei, a qual impõe a obrigação de conservar os dados pessoais por um período mínimo. Assim, e sempre que não exista uma exigência legal específica, os dados serão armazenados e conservados apenas pelo período mínimo necessário para a prossecução das finalidades que motivaram a sua recolha ou o seu posterior tratamento, nos termos definidos na lei.

No âmbito das atividades de tratamento de dados pessoais desenvolvidas pela OPTIMIZE é possível identificar-se os seguintes períodos para a conservação de dados pessoais ou os critérios que servem de referência à sua materialização:

- **90 dias:** as mensagens enviadas através de WhatsApp presente no sítio web abertos pelos Clientes, potenciais Clientes ou Utilizadores serão armazenados e conservados por um período máximo de 90 dias após a data da última interação.
- **1 ano:** mesmo após o termo da relação contratual, a OPTIMIZE poderá enviar, durante o prazo máximo de 12 meses, informações relevantes relacionadas com a execução do contrato anteriormente celebrado (ex.: informações administrativas, atualizações legais ou regulatórias, ou comunicações indispensáveis à boa execução das obrigações pós-

contratuais). Findo esse prazo, não serão enviadas quaisquer comunicações, salvo as que decorram de obrigações legais.

- **3 anos:** para efeitos de envio de comunicações promocionais, salvo se o titular dos dados tiver prestado o seu consentimento para o envio contínuo dessas comunicações, caso em que os dados serão conservados até à retirada do referido consentimento.
- **7 anos:** os dados pessoais do Cliente que hajam sido recolhidos em cumprimento das obrigações jurídicas relativas às medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, serão mantidos por um período de 7 anos após o encerramento da conta de cliente, conforme disposto no artigo 51º Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto.
- **10 anos:** os dados dos Clientes serão mantidos pelo período mínimo de 10 anos para efeitos, entre outros, do registo de operações contabilísticas, elaboração de informação contabilística, e elaboração de reportes fiscais e reportes a outras entidades de supervisão.
- **20 anos:** os dados pessoais dos Clientes necessários para efeitos de validade, eficácia e valor probatório da Chave Móvel Digital e ID Gov serão mantidos por um período mínimo de 20 anos, conforme dispostos no Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto.
- **20 anos:** os dados pessoais do Cliente, recolhidos no contexto contratual, são mantidos por um período máximo de 20 anos, para efeitos do exercício dos diferentes direitos processuais que assistem à OPTIMIZE.

10. Tratamento de dados por entidades terceiras (Subcontratantes)

No âmbito da sua atividade, a OPTIMIZE recorre a entidades terceiras para a prestação de determinados serviços. Neste contexto, a prestação de serviços implica o acesso, por estas entidades terceiras, a dados dos Clientes. Sempre que tal suceda, a OPTIMIZE tem implementadas as medidas adequadas, por forma a assegurar que as entidades que tenham acesso aos dados, estão em conformidade com as obrigações impostas pelo RGPD e oferecem as mais elevadas garantias de proteção para os direitos e liberdades dos titulares de dados. Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 28.º do RGPD, os termos e condições do tratamento de dados por parte das entidades terceiras encontram-se objetivamente definidos por meio de

um contrato sobre a proteção de dados que vincula ambas as Partes.

Assim, qualquer entidade subcontratada pela OPTIMIZE tratará os dados pessoais dos seus Clientes, em nome e por conta da OPTIMIZE, adotando as medidas técnicas e organizativas necessárias de forma a proteger os dados pessoais contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito.

Em qualquer dos casos, a OPTIMIZE permanece responsável pelos dados pessoais que sejam disponibilizados a estas entidades terceiras.

Para efeito do previsto nos parágrafos anteriores, a OPTIMIZE recorre às seguintes categorias de subcontratantes que se encontram situados no território da União Europeia (UE) ou no Espaço Económico Europeu (EEE):

- **Serviços de consultoria em informática:** prestador de serviços contratado para apoio técnico e informático.
- **Serviços administrativos e de assessoria empresarial:** prestador de serviços contratado para apoio e gestão administrativa e empresarial.
- **Serviços de comunicação digital:** prestador de serviços contratado para fornecimento e manutenção das plataformas digitais de comunicação e interação com os clientes e potenciais clientes.
- **Serviços de gestão de recursos humanos:** prestador de serviços contratado para apoio em processos de recrutamento, gestão contratual, processamento salarial e outros aspetos relacionados com a gestão de pessoas.
- **Serviços de formação profissional:** entidades formadoras contratadas para desenvolvimento e implementação de ações de capacitação e formação dos colaboradores.
- **Serviços de seguros:** intermediários ou companhias de seguros contratados para a gestão de apólices e processos relacionados com seguros de saúde, vida, acidentes de trabalho ou outros aplicáveis.
- **Serviços de contabilidade e fiscalidade:** prestadores de serviços contratados para apoio

na contabilidade, cumprimento de obrigações fiscais e reporte financeiro.

- **Instituições bancárias e financeiras:** entidades envolvidas na gestão de contas bancárias, operações de pagamento, transferências e outros serviços financeiros.
- **Serviços de gestão de investimentos:** entidades especializadas contratadas para apoio na gestão de carteiras de investimento ou consultoria financeira.
- **Serviços de Compliance e auditoria:** prestadores de serviços contratados para assegurar o cumprimento de obrigações legais, regulamentares e normativas aplicáveis à atividade da organização.
- **Plataformas de gestão de benefícios a colaboradores:** entidades contratadas que disponibilizam soluções tecnológicas destinadas à administração centralizada e flexível de benefícios atribuídos aos trabalhadores, tais como subsídios de refeição, vales-infância, seguros, planos de saúde, descontos ou outros incentivos. Estas plataformas permitem à organização assegurar uma gestão eficiente, transparente e em conformidade legal dos benefícios extrassalariais concedidos, otimizando simultaneamente a experiência dos colaboradores e os processos internos de recursos humanos.

A OPTIMIZE recorre ainda à seguintes categorias de subcontratantes que se encontram situados fora do território da União Europeia (UE) ou do Espaço Económico Europeu (EEE):

- **Serviços de consultoria empresarial e informática:** prestadores de serviços de apoio técnico e informático situados nos Estados Unidos da América, realizando-se as transferências de dados ao abrigo de uma decisão de adequação, à luz do artigo 45.º do RGPD (Decisão de Execução (UE) 2023/1795 da Comissão de 10 de julho de 2023 nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a adequação do nível de proteção dos dados pessoais no âmbito Quadro de Privacidade de Dados UE-EUA) e ao abrigo das cláusulas- tipo de proteção de dados adotadas pela Comissão Europeia e adotadas medidas de segurança adicionais e adequadas (artigo 46.º do RGPD).
- **Serviços de comunicação digital:** prestador de serviços contratado para fornecimento e manutenção das plataformas digitais de comunicação e interação com os clientes e

potenciais clientes situados nos Estados Unidos da América, realizando-se as transferências de dados ao abrigo de uma decisão de adequação, à luz do artigo 45.º do RGPD (Decisão de Execução (UE) 2023/1795 da Comissão de 10 de julho de 2023 nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a adequação do nível de proteção dos dados pessoais no âmbito Quadro de Privacidade de Dados UE-EUA) e ao abrigo das cláusulas- tipo de proteção de dados adotadas pela Comissão Europeia e adotadas medidas de segurança adicionais e adequadas (artigo 46.º do RGPD).

- **Plataformas de screening:** utilizadas no âmbito da aplicação de procedimentos de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, bem como da verificação da existência de eventuais sanções ou restrições legais. A transferência de dados pessoais para os Estados Unidos da América realiza-se ao abrigo de uma decisão de adequação, nos termos do artigo 45.º do RGPD (Decisão de Execução (UE) 2023/1795).
- **Plataformas de apoio à gestão de eventos**: utilizadas para gerir inscrições, convites e comunicações no âmbito da organização de eventos, sendo prestadas por entidades sediadas nos Estados Unidos da América. As transferências de dados realizam-se ao abrigo de uma decisão de adequação, nos termos do artigo 45.º do RGPD (Decisão de Execução (UE) 2023/1795).

11. Destinatários a quem são comunicados os dados pessoais

A OPTIMIZE não comercializa os dados pessoais dos seus clientes ou potenciais clientes, considerando que tal informação é parte essencial da sua relação com os respetivos titulares de dados. Contudo, existem circunstâncias perante as quais, quer por imperativo legal, quer por razões atinentes à estrutura organizativa da OPTIMIZE, é necessário comunicar os dados pessoais dos clientes e potenciais clientes a entidades terceiras, em consonância com os termos abaixo descritos.

Neste contexto, poderá ocorrer a partilha de dados pessoais entre empresas que integram o grupo económico do qual a OPTIMIZE faz parte, para efeitos de coordenação de atividades comerciais, gestão de relações com clientes, execução de ordens e operações relativas à

subscrição de unidades de participação em fundos de investimento, bem como para fins administrativos internos, de conformidade legal e regulatória e para garantir a coerência e eficiência na prestação dos serviços.

Estas partilhas assentam no interesse legítimo do grupo OPTIMIZE em assegurar uma atuação coordenada e eficaz na relação com os titulares de dados, nos termos do artigo 6.º, n.º 1, alínea f) do RGPD, não prejudicando os direitos e liberdades fundamentais dos mesmos, nomeadamente quanto à informação, à transparência e à possibilidade de oposição nos termos legais aplicáveis.

11.1.Destinatários localizados no território da União Europeia

Em cumprimento de diversas normas jurídicas aplicáveis à sua atividade – nomeadamente as relativas à prevenção do branqueamento de capitais, ao cumprimento de obrigações fiscais, à supervisão dos mercados financeiros e à execução de contratos com clientes – os dados pessoais dos clientes e potenciais clientes da OPTIMIZE poderão ser comunicados ou transmitidos às seguintes entidades ou categorias de entidades:

- **Instituições bancárias e instituições de crédito autorizadas:** para efeitos de cobrança dos valores referentes aos serviços prestados ao cliente.
- **Autoridade Tributária e Aduaneira (Portugal):** para efeitos do cumprimento das obrigações fiscais e tributárias aplicáveis à atividade da OPTIMIZE.
- **Venda, fusão ou aquisição de operações:** em caso de fusão, aquisição ou venda de todos ou parte dos ativos da OPTIMIZE, os dados pessoais dos clientes e potenciais clientes poderão ser transmitidos à entidade adquirente por força do acordo ou contrato de fusão, aquisição ou venda.
- **Tribunais judiciais:** a OPTIMIZE poderá, para efeitos da formulação, exercício ou defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, transmitir dados pessoais dos seus clientes ou potenciais clientes aos tribunais que atuem no exercício da sua função judicial, ou de igual forma, proceder à transmissão dos dados pessoais dos seus clientes em virtude da receção de uma ordem ou intimidação judicial.
- **Comissão do Mercado de Valores Mobiliários** (CMVM) em determinadas circunstâncias

legais, bem como para os efeitos de reporte de operações suspeitas;

- **Departamento Central de Investigação e Ação Penal, Polícia Judiciária e Unidade de Informação Financeira (UIF):** para efeitos do combate ao branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo, a OPTIMIZE poderá necessitar de transmitir dados pessoais dos seus clientes ou potenciais clientes aos diferentes órgãos de polícia criminal.
- **Entidades de supervisão, entidades gestoras de mercado e/ou de sistema centralizado, sociedades emitentes e outros intermediários na cadeia de intermediação:** no contexto de valores mobiliários e instrumentos financeiros detidos pelo Cliente, os dados pessoais poderão ser comunicados a tais entidades, incluindo também autoridades de supervisão dos mercados de capitais dos países relevantes.
- **Autoridades fiscais e regulatórias de países terceiros com os quais existam regimes legais de troca de informações:** sempre que tal seja necessário para cumprimento de obrigações legais e regulatórias.
- **Instituições financeiras e prestadores de serviços de tecnologias da informação e comunicação (TIC)** contratados pela OPTIMIZE, no contexto da prestação de serviços de suporte à sua atividade.
- **Parceiros institucionais no âmbito de protocolos ou parcerias estabelecidas pela OPTIMIZE:** quando necessário para a execução da relação contratual, gestão da adesão a programas ou cumprimento de obrigações legais. Exemplos: Deco Proteste – Editores, Lda. e Tree Family Office, no âmbito do Protocolo celebrado com a OPTIMIZE.

11.2. Destinatários localizados fora do território da União Europeia (Transferências Internacionais de Dados Pessoais)

A OPTIMIZE apenas procede à transferência de dados pessoais para entidades terceiras situadas fora do território da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, nos seguintes casos, e sempre com base em fundamentos de licitude previsto no RGPD:

- **Entidades de supervisão de países terceiros e outras entidades gestoras de mercado:** os dados pessoais do cliente poderão ser comunicados e transmitidos às autoridades de supervisão, às entidades gestoras de mercado e/ou de sistema centralizado, às

sociedades emitentes e a outros intermediários na cadeia de intermediação, relativamente a quaisquer valores mobiliários e instrumentos financeiros detidos pelo Cliente, incluindo ações de sociedades emitentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado, podendo ainda ser transmitidos às autoridades de supervisão ligadas aos mercados de capitais que supervisionam os referidos valores mobiliários, instrumentos financeiros, mercados e sistemas de liquidação, tendo por base, na ausência de uma decisão de adequação adotada pela Comissão Europeia nos termos do artigo 45.º do RGPD, o disposto previsto na alínea b) e d) do n.º 1 do artigo 49.º do RGPD, conforme os casos.

- **Autoridades fiscais e regulatórias de países terceiros:** Os dados pessoais dos clientes poderão ser transmitidos às autoridades fiscais e regulatórias de países terceiros com os quais estejam em vigor mecanismos legais de troca de informações.

  Incluem-se, a título exemplificativo, as seguintes autoridades e entidades nos Estados Unidos da América:

  - **Internal Revenue Service (IRS) -** no âmbito das obrigações legais impostas pelo regime **FATCA** (Foreign Account Tax Compliance Act);
  - **FINRA (Financial Industry Regulatory Authority) -** enquanto entidade de supervisão do setor financeiro;
  - Outras autoridades regulatórias e fiscais com competência sobre instrumentos financeiros e serviços prestados no âmbito da legislação norte-americana.

  Estas transferências baseiam-se no disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 49.º do RGPD e no artigo 96.º do mesmo Regulamento, respeitando os princípios da necessidade, proporcionalidade e limitação da finalidade.

- **Prestadores de serviços financeiros e tecnológicos (fora da UE/EEE):** Em determinadas situações, poderá ser necessário recorrer a prestadores localizados fora da UE/EEE para assegurar o funcionamento de plataformas de negociação ou outros serviços relacionados com a execução de contratos celebrados com os clientes. Nestes casos, e na ausência de garantias adequadas nos termos do artigo 46.º do RGPD, as transferências de dados assentam igualmente nas derrogações previstas no artigo 49.º, n.º 1, alínea b) (execução de

contrato) e, quando aplicável, alínea d) (defesa de direitos).

12. Transmissão e registo dos dados pessoais

A transmissão de dados pessoais por parte do cliente ou do potencial cliente é obrigatório para efeitos do cumprimento das finalidades descritas no ponto 8 da presente Política de Proteção de Dados. A não cedência dos dados pessoais solicitados impossibilita a subscrição, o registo, a contratação ou a receção de informações relativas aos produtos e serviços prestados pela OPTIMIZE.

13. Medidas de segurança aplicáveis ao tratamento de dados pessoais

A OPTIMIZE tem implementados os mecanismos e as medidas de segurança tanto técnicas como organizativas apropriadas para garantir um nível de risco adequado no tratamento dos dados pessoais.

Para o efeito, a OPTIMIZE baseia-se numa avaliação objetiva tendo identificado, analisado e avaliado os riscos, probabilidade e impacto para os direitos e liberdades de pessoas individuais (fase de avaliação de riscos) e, consequentemente, a OPTIMIZE, na fase do tratamento dos riscos, aplica mecanismos e medidas de segurança oportunas e eficazes para eliminar ou mitigar os riscos identificados na fase de avaliação de riscos. Em concreto, adotam-se medidas técnicas e organizativas apropriadas e efetivas para mitigar os riscos relativos à destruição, perda ou alteração acidental ou ilícita dos dados pessoais transmitidos, conservados ou tratados de outra forma, ou o acesso não autorizado a ditos dados pessoais.

Da mesma forma, a OPTIMIZE garante aos titulares de dados o cumprimento do dever de segredo profissional, confidencialidade e respeito pelos seus dados pessoais.

14. Direitos dos titulares de dados

Os titulares de dados, Clientes e potenciais Clientes, gozam, nos termos do RGPD, do seguinte quadro de direitos:

Direitos	Descrição
Direito a retirar o consentimento	Nos casos em que o consentimento seja utilizado como base legal para o tratamento de dados, o titular de dados goza do direito de, a qualquer momento, retirar o seu consentimento. A retirada do consentimento não afeta a licitude do tratamento de dados efetuado até então ao abrigo desse consentimento.
Direito à Informação	O titular de dados tem o direito de receber, entre outras, informações acerca da identidade do responsável pelo tratamento dos dados pessoais; das finalidades e fundamentos do tratamento dos dados pessoais; dos termos e prazos de conservação dos dados pessoais; dos direitos de que goza e da concreta forma de os exercer; e da existência ou inexistência de decisões automatizadas que incidam sobre os seus dados.
Direito de Acesso	O titular de dados goza do direito de obter a confirmação, por parte da OPTIMIZE, relativamente à ocorrência do tratamento de dados pessoais, incluindo, entre outros elementos, as suas finalidades, as categorias de dados pessoais abrangidas pelo tratamento, os prazos de conservação e respetivos critérios, e ainda a existência de decisões automatizadas. O direito de acesso inclui ainda o direito de aceder diretamente a tais dados pessoais.
Direito de Retificação	O titular de dados goza do direito de obter, do responsável pelo tratamento, a retificação dos dados pessoais que se encontrem incorretos e de solicitar que os dados pessoais incompletos sejam completados.
Direito ao Apagamento dos Dados (Direito a ser esquecido)	O titular de dados goza do direito de obter o apagamento dos dados pessoais, desde que não se verifique existirem outros fundamentos válidos que justifiquem, à luz da Lei, a conservação destes dados, e sempre que: a) os dados pessoais deixarem de ser necessários relativamente às finalidades para as quais foram recolhidos ou, de qualquer outra forma, processados; b) o tratamento de dados pessoais é baseado no consentimento do seu titular, e este retira-o, não existindo qualquer outro fundamento legal para o tratamento; c) o titular dos dados pessoais exerça o seu direito de oposição ao tratamento adicional dos seus dados pessoais e nenhum outro fundamento legal justifique a continuidade do tratamento de dados pessoais; d) os dados pessoais tenham sido processados ilegalmente.

Direito à limitação do tratamento	O titular de dados tem o direito a obter da OPTIMIZE a limitação do tratamento dos dados pessoais ou suspensão das atividades de tratamento, sempre que uma das seguintes situações se verificar: a) A precisão e a exatidão dos dados pessoais são contestadas pelo seu titular, requerendo-se que as atividades de tratamento de dados sejam suspensas pelo período necessário para que a OPTIMIZE confirme a exatidão de tais dados; b) O tratamento de dados pessoais é ilegal e o seu titular solicita a restrição do tratamento de dados ao invés de requerer o apagamento dos mesmos.
Direito à portabilidade dos dados	O titular de dados goza do direito de receber os dados pessoais que haja fornecido à DIF BROKER, em formato digital de uso corrente e de leitura automática, e ainda o direito de solicitar a transmissão direta dos seus dados para qualquer outro responsável pelo tratamento de dados.
Direito de oposição	O titular de dados goza do direito de se opor, a qualquer momento, por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito, nomeadamente quando os seus dados sejam tratados para efeitos de comercialização direta.
Direito à não sujeição de decisões automatizadas	O titular de dados goza do direito de não ficar sujeito a nenhuma decisão tomada exclusivamente com base no tratamento automatizado dos seus dados pessoais, incluindo a definição de perfis, que produza efeitos na sua esfera jurídica ou que o afete significativamente de forma similar.

Sem prejuízo do disposto na legislação de proteção de dados pessoais, o titular dos dados pessoais poderá exercer qualquer um dos seus direitos, diretamente ou mediante pedido por escrito, à OPTIMIZE, através dos seguintes meios e contactos:

- **Por email:** RGPD@Optimize.pt
- **Por via postal:** OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS SGOIC, SA, Avenida Fontes Pereira de Melo 21 - 4º I 1050-116 Lisboa, Portugal
- **Por telefone:** 00 (351) 213 136 2

15.1 Direito de apresentar uma reclamação

Caso o Utilizador ou o Cliente considere que o tratamento dos seus dados pessoais é realizado

em desrespeito pelas disposições jurídicas que regulam a matérias atinentes ao tratamento de dados, este usufrui do direito de apresentar uma reclamação nos termos dos artigos 77.º e 79.º do RGPD.

Sem prejuízo de poder apresentar reclamações diretamente à OPTIMIZE, através dos contactos disponibilizados para o efeito, o Utilizador ou o Cliente pode apresentar reclamação junto da Autoridade de Controlo, a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), utilizando os contactos disponibilizados por esta entidade para o efeito.

Contactos OPTIMIZE:

- Por email: RGPD@Optimize.pt
- Por via postal: OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS SGOIC, SA, Avenida Fontes Pereira de Melo 21 - 4º I 1050-116 Lisboa, Portugal
- Por telefone: 00 (351) 213 136 2

15. Tratamento de categorias especiais de dados pessoais

Nos formulários disponibilizados pela OPTIMIZE em que seja possível preencher os respetivos campos livremente, é expressamente interdita a inserção de dados pessoais que revelem a origem étnica ou racial, opiniões políticas, convicções religiosas ou filosóficas, ou a afiliação sindical e o tratamento de dados genéticos, dados biométricos dirigidos a identificar de maneira unívoca uma pessoa individual, **dados relativos à saúde** ou dados relativos à vida sexual ou às orientações sexuais de uma pessoa (artigo 9.º, do RGPD), assim como os seus dados pessoais relativos a condenações e infrações penais (artigo 10.º, do RGPD). Caso o Utilizador ou o potencial Cliente introduzam qualquer informação relativa aos aspetos mencionados em qualquer um dos nossos formulários ou através do correio eletrónico, tais dados serão imediatamente apagados dos nossos sistemas de informação, uma vez que não são necessários nem pertinentes para as finalidades descritas nos termos da presente política de proteção de dados.

No entanto, no caso de determinados produtos financeiros (nomeadamente, para resgates ou transferência dos Planos de Poupança Reforma – PPR), a gestão deste produto pode exigir o tratamento de dados de categorias especiais, nomeadamente dados relativos à saúde dos

titulares. Esse tratamento pode ocorrer no âmbito da gestão da relação contratual.

Para além do exposto, no âmbito dos procedimentos de prevenção de branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, a legislação aplicável pode exigir o tratamento de dados relativos a condenações penais e infrações.

A OPTIMIZE procede ao tratamento desses dados para as finalidades acima indicadas, com base no cumprimento de obrigações legais ou regulamentares aplicáveis ao setor financeiro, incluindo normas de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo, reporte às autoridades competentes ou a execução do próprio contrato (Lei 83/2017, de 18 de agosto e Regulamento CMVM 2/2020).

16. Redireccionamento a outros sítios web

O redireccionamento e as hiperligações que, a partir do sítio web da OPTIMIZE, reencaminhem o Utilizador ou o potencial Cliente para sítios web pertencentes a entidades terceiras, não se encontram sob o nosso controlo. Assim, a OPTIMIZE não será responsável por qualquer problema que possa advir da utilização dos sítios web de entidades terceiras, nomeadamente, para efeitos de tratamento de dados pessoais. A OPTIMIZE recomenda, por isso, que consulte a política de privacidade bem como os termos e condições de cada sítio web para o qual o Utilizador ou potencial Cliente sejam redirecionados.

17. Qualidade dos dados pessoais

Os dados pessoais fornecidos pelo Utilizador e pelo potencial Cliente deverão ser corretos, atuais, exatos e verdadeiros, correspondendo unicamente à sua pessoa, exceto quando um terceiro esteja licita e regularmente capacitado a representar legalmente o Utilizador ou o potencial Cliente. Havendo uma relação de clientela com a OPTIMIZE, cabe ao Cliente manter os seus dados atualizados através do Espaço Cliente.

No caso de serem fornecidos dados pessoais falsos, fictícios ou dados inexistentes, a OPTIMIZE reserva-se o direito de não proceder ao respetivo tratamento, eliminando-os ou, de qualquer outra forma, destruindo-os.

Em respeito pelo princípio da minimização dos dados pessoais, previsto no disposto da alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º do RGPD, os dados pessoais solicitados ao Utilizador ou ao potencial Cliente, indicados com um asterisco (*), serão estritamente os necessários para o cumprimento das respetivas finalidades. Em caso algum, o facto de o Utilizador ou de o potencial Cliente não disponibilizar mais dados do que o estritamente necessário para o cumprimento das respetivas finalidades terá qualquer tipo de consequência, nem afetará a qualidade do serviço providenciado.

18. Dados de menores de idade ou incapazes

A OPTIMIZE trata dados pessoais de menores apenas quando estritamente necessário e em conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

No contexto das atividades da OPTIMIZE, pode ser necessário o tratamento de dados de menores em situações específicas, como: abertura de contas de menores, identificação de herdeiros menores em caso de falecimento de um cliente e designação de beneficiários menores em Planos de Poupança Reforma (PPR).

Além disso, nos casos em que o titular dos dados seja menor ou legalmente incapaz, o tratamento dos seus dados pessoais deve ser realizado através do seu representante legal, como progenitores, tutores ou curadores, devidamente habilitados para atuar em seu nome. Para determinadas operações, pode ser exigida a apresentação de documentos de representação, como procuradores legais ou mandatários judiciais.

Nestes casos, o tratamento dos dados é realizado exclusivamente para as finalidades indicadas, assegurando a adoção de medidas de proteção adequadas e o cumprimento das normas legais aplicáveis.

19. Redes sociais, canais digitais e aplicativos multiplataforma

A OPTIMIZE opera diferentes contas nas redes sociais operadas por diferentes fornecedores. Esta utilização das redes sociais poderá dar origem a transferências internacionais de dados pessoais para um país terceiro ou uma organização internacional, sem um nível de proteção adequado relativamente às regras preconizadas no RGPD. Desta forma, a OPTIMIZE tem uma influência

limitada no tratamento de dados efetuado por estes operadores das plataformas de redes sociais.

O operador da plataforma de redes sociais opera toda a infraestrutura de TI do serviço, define as suas próprias regras de proteção de dados e mantém a sua própria relação com os utilizadores. Ademais, o operador é o único responsável por todas as questões relativas aos dados do seu perfil de utilizador, às quais a OPTIMIZE não tem acesso.

Para obter mais informações sobre o tratamento de dados efetuado pelo operador da plataforma de redes sociais consulte as respetivas políticas de privacidade:

- Instagram: https://help.instagram.com/519522125107875
- Facebook: https://www.facebook.com/privacy/explanation
- LinkedIn: https://www.linkedin.com/legal/privacy-policy
- Youtube: https://www.youtube.com/howyoutubeworks/our-commitments/protecting-user-data/
- X: https://x.com/en/privacy

Neste sentido, no âmbito da utilização da plataforma, os seus dados pessoais serão, de modo geral, também tratados e armazenados em servidores localizados em países terceiros, nos termos melhor definidos pelas políticas supra referidas, que são da exclusiva responsabilidade dos respetivos operadores das plataformas.

20. Autoridade de controlo principal

A Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) é a autoridade de controlo nacional com competências para fiscalizar o cumprimento das disposições legais existentes em matéria de proteção de dados pessoais, a fim de defender e fazer respeitar os direitos, liberdades e garantias das pessoas singulares no âmbito do tratamento de dados pessoais.

Qualquer titular de dados goza do direito de apresentar uma reclamação junto da CNPD relativamente aos tratamentos de dados a que estiver sujeito.

Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) Av. D. Carlos I, 134 - 1.º, 1200-651 Lisboa

Tel.: +351 213928400 - Fax: +351 213976832

E-mail: geral@cnpd.pt Website: www.cnpd.pt

21. Alteração à política de proteção de dados

A OPTIMIZE reserva-se no direito de a qualquer altura, proceder a reajustamentos ou alterações à presente Política de Proteção de Dados Pessoais, sendo essas alterações devidamente publicitadas nos diversos canais de comunicação da OPTIMIZE.

Lisboa, 04 de setembro de 2025